

TRABALHO, EMPREGO E RENDA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

WORK, EMPLOYMENT AND INCOME: A THEORETICAL APPROACH

Miguel Francisco Gonçalves¹, Antonio Benedito de Siqueira^{1*}

^{1*} Autor para contato: Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Campus Central, Departamento de Economia, Ponta Grossa, PR, Brasil; (41)3883-2605; e-mail: antonioy@uepg.br

Recebido para publicação em 06/12/2005

Aceito para publicação em 18/04/2006

RESUMO

A geração de trabalho, emprego e renda é abordada neste artigo visando mostrar que as políticas públicas são um importante indutor para que as decisões de investimento sejam tomadas pelos empresários capitalistas e os empreendedores que buscam quase que exclusivamente gerar o seu próprio emprego e renda.

Palavras-chave: capital, renda, empreendedorismo, trabalho

ABSTRACT

The generation of work, employment and income is tackled in this article with the aim to show that public politics are an important inductor for the investment decisions to be made by capitalist entrepreneurs who almost always try to generate their own jobs and incomes.

Key words: capital, income, entrepreneurship, work

1. Introdução

A renda é uma variável dependente do trabalho e do capital em uma economia capitalista. Tanto o lucro quanto o salário são determinados pelo volume da demanda efetiva. O trabalho, porém, pode ser executado na forma de emprego e por meio autônomo ao capital. O capital é conceituado como mero instrumento material necessário à produção e, de maneira oposta, como relação social. Assim, na primeira versão, a renda do capital, o lucro, decorre da remuneração desse fa-

tor de produção, enquanto na segunda abordagem o rendimento do empresário decorre do trabalho excedente ao valor da produção.

Na relação capitalista há uma subordinação do trabalho ao capital, no sentido de que o comando da produção e do emprego está em mãos da classe proprietária. No caso brasileiro, no que se refere ao aparato legal, a contratação dos trabalhadores no mercado de trabalho se dá de duas formas: a) contrata-se de maneira a respeitar as normas legais e b) contratos de trabalho são feitos ao arrepio da lei. Uma tradição se

consolidou em denominar de contratação formal os contratos firmados em conformidade com as normas legais e de emprego informal os que descum-prem a lei.

Na realidade, ao se admitir o postulado teórico da subordinação, não há como distinguir entre emprego formal e informal, pois ambos estão sob o desígnio do capital. Apenas sobressai a agravante de que os trabalhadores que não têm registro legal do contrato de trabalho, os chamados informais, são penalizados pela exclusão da seguridade social e têm diminuído os seus rendimentos indiretos, pagos no longo do tempo, ao final do ano ou ao final do contrato de trabalho: férias, FGTS, seguro desemprego, aposentadoria, entre outros. Evidentemente, esses direitos podem ser reclamados na Justiça, e o são por uma grande quantidade de trabalhadores.

Para fugir da legislação do trabalho, as empresas passam a contratar trabalhadores que estejam constituídos como pessoa jurídica, mesmo que tal firma tenha um único sócio e jamais venha a ter um empregado sequer. Uma parte significativa desses trabalhadores que constituem uma firma, estabelecem contratos de serviços com empresas que poderiam ter como único propósito mascarar a relação de emprego e subtrair direitos trabalhistas que de outra forma teriam que ser pagos, caso houvesse um contrato de trabalho assinado entre empregado e empregador. O contrato de trabalho é substituído pela prestação de serviço. Esse contrato de prestação de serviço bem que poderia ser corretamente classificado na categoria de subordinação do trabalho ao capital.

O trabalho também é exercido fora do regime assalariado. As pessoas exercem uma atividade por conta própria e dela tiram rendimentos na forma monetária e em espécie para o autoconsumo. Uma parte dos autônomos cumpre regularmente com a legislação específica do trabalho por conta própria, recolhendo as contribuições da previdência social pública, os impostos e as taxas cabíveis. Uma outra parte executa o trabalho autônomo sem que esteja em dia com as obrigações fiscais e previdenciárias. Esses trabalhadores, que não pagam impostos, nem contribuem para a previdência, acabam por se colocar à margem da seguridade social. Isso implica em dificuldades de sobrevivência, quando não mais puderem trabalhar, seja por conta da idade, ou por qualquer outro tipo de in-

capacidade física ou mental. Dentro ou não da formalidade legal, o trabalho é remunerado, mas essa renda não se constitui em salário.

A economia do empreendedorismo visa dotar a pessoa de condições para que o trabalhador por conta própria possa ampliar o volume de vendas de mercadorias e de prestação de serviços. O empreendedor não está subordinado ao capital, mas depende da dinâmica do mercado capitalista e das políticas públicas governamentais. Essas políticas podem dar-se pelo 'lado da oferta' - redução dos custos de capital, difusão de tecnologias apropriadas e qualificação profissional - e por 'ações de demanda', através de compras governamentais dos produtos produzidos e serviços prestados.

Essas relações dão-se dentro da esfera capitalista. Emprego assalariado, prestação de serviços por meio de pessoa jurídica, trabalho por conta própria e empreendedorismo não fogem nem agridem a ética liberal e as regras da economia de mercado.

O capitalista busca valorizar o capital, a alargar a capacidade de produção como forma de ampliar a sua participação no estoque da riqueza e na renda social. O escopo da produção é o lucro. Em momentos de expectativas ruins tendem a entesourar, porque a moeda é uma forma da riqueza e o seu poder de compra pode ser diferido no tempo, os gastos podem ser adiados. Essa possibilidade de manter parte da riqueza sob a forma líquida leva a um desequilíbrio entre a oferta e a demanda agregada, passando a economia a funcionar abaixo do pleno emprego, com capital e mão-de-obra involuntariamente ociosos.

Os empreendedores individuais, porém, buscam a geração de uma renda para a sobrevivência e reposição do pequeno estoque de capital - basicamente ferramentas e outros instrumentos de trabalho - que necessitam para prestar serviços, produzir e administrar os seus pequenos negócios. A lógica desses empreendimentos é preservar as condições de continuar a produzir renda para a sobrevivência pessoal e a preservação do próprio negócio. Da perspectiva ética em nada se diferencia das idéias consagradas pelo ideal liberal. A ética é individualista: cada qual trata dos próprios interesses.

Neste trabalho, objetiva-se analisar teoricamente como pode ser ampliada a oferta de emprego pelo setor capitalista e a geração de trabalho pela economia do

empreendedorismo. Especificamente, a) procura-se descrever a forma lógica da criação de empregos pela setor empresarial da economia e b) indicar a necessidade de políticas públicas que atendam aos requisitos da oferta e demanda de bens e serviços pela economia do empreendedorismo, que funcionaria de maneira complementar para a geração de trabalho em regime não assalariado.

Foi utilizado um referencial teórico para explicar a oferta de emprego pelas empresas e da geração de trabalho que foram deduzidas a partir das premissas das teorias de Keynes e Kalecki.

Assim as políticas públicas precisam ser utilizadas para alavancar o investimento, o crescimento e o emprego, em que prevaleça a força das idéias neoliberais a partir dos anos de 1970.

2. Revisão de literatura

2.1. A geração de renda no mercado capitalista

A renda, Y , é da remuneração do trabalho, N , e do capital, K . Os rendimentos do capital são o lucro, P , o juro, i , a renda da terra, r_t , alugueis, a , royals, r_y , entre outras formas da riqueza. O salário, W , é o preço da força de trabalho.

O modelo é o mesmo tanto na abordagem marxista, quanto na liberal, na sua forma lógica. Assim, na hipótese simplificadora de que não há governo e relações com o resto do mundo, pode-se descrever formalmente que

$$Y = P + W \quad (1)$$

O volume de Y , que é a somatória de lucros e salários, depende do montante das vendas, que podem atingir até o limite do valor da produção. O produto, A , depende do investimento, I , e do consumo, C . Mas a única variável independente é o investimento, I , pois ele determina o volumes de produção, vendas, lucros e salários. Assim, a equação 1 pode ser escrita como abaixo,

$$A = I + C \quad (2)$$

Ao investir, os comandantes do capital determinam, portanto, o produto, A , e a renda, Y . Nessa linha de raciocínio, os comandantes do capital ao decidirem pela ampliação da capacidade produtiva, Keynes, e pela reprodução ampliada do capital, Marx e Kalecki, determinam os níveis de lucros, de consumo e da renda nacional. Ressalve-se que os capitalistas individuais podem decidir o quanto investir, o quanto produzir, mas não podem determinar o quanto vender. Esse problema gera um descompasso entre a oferta e a demanda, a produção e a realização da mais-valia, o chamado problema da demanda efetiva, amplamente discutido na economia de Keynes e Kalecki.

Em Marx, a realização da mais-valia se dá pela reprodução ampliada do capital, onde todo o trabalho excedente precisa ser investido para que toda ou parte das mercadorias que representam o trabalho não pago possam ser vendidas. Os investimentos são feitos nos departamentos I, produtor de meios de produção, e no departamento II, produtor de bens de consumo para capitalistas de trabalhadores.

A imobilização de capital faz com que a produção seja vendida, na medida em que mais máquinas e implementos são demandados para alargar a base produtiva e trabalhadores adicionais são contratados para fazer frente à demanda de mão-de-obra requerida pelo acréscimo da produção. Mais trabalhador contratado significa o aumento do montante dos salários agregados pagos e ampliação do consumo no o departamento II, na hipótese realista de que os trabalhadores não poupam. No mesmo sentido, alargar a demanda para investimento leva à geração de mais lucros. (Herscovici, 2002, pp. 117-135). O modelo mostra que se essas condições ideais e lógicas vierem a acontecer toda a produção será vendida e a mais-valia transforma-se em lucro.

A crise seria uma impossibilidade lógica. Marx postula que a tendência é haver um descompasso entre a produção e a realização da mais-valia, o que leva a uma crise de acumulação e emprego. Kalecki subdivide o departamento de bens de consumo de Marx em dois: um, o D_{II} , está voltado à atender a demanda dos capitalistas, C_k , e outro, o D_{III} , satisfaz a procura dos trabalhadores, C_w . (Kalecki, 1983, pp. 1-9). Dessa forma, a equação 1 assume a forma abaixo,

$$Y = I + C_k + C_w \quad (3)$$

Na hipótese de que a poupança, S , dos trabalhadores seja nula, os lucros serão iguais aos gastos em investimento e consumo dos capitalistas.

$$P = I + C_k \quad (4)$$

O volume da renda, em Keynes, da mesma forma que para Kalecki, depende do volume da demanda efetiva, D_e , que é a soma dos gastos em investimento, I , e consumo, C . Assim, a demanda efetiva é descrita por

$$D_e = I + C \quad (5)$$

Para Keynes, o Investimento depende das taxas esperadas de lucro, r , da taxa de juros, i , e das expectativas, e , em relação ao futuro dos negócios. Assim, pode-se escrever algebricamente que,

$$I = f(r, i, e) \quad (6)$$

A taxa de lucro esperada, r , é calculada a partir de um fluxo de caixa estimado que se processará no futuro. A taxa de lucro esperada, r , calculada ex-ante, pode ser igual, maior ou menor do que a taxa de lucro, p , P/K , calculada ex-post. A taxa de juros, i , é definida no mercado monetário e é, dada a oferta de moeda pela autoridade monetária, função da demanda por liquidez. A demanda de moeda, D_m , por liquidez, depende do motivo transação, T_r , precaução, P_r , especulação, E_p , e finance, F_i .

A demanda de moeda para transação depende do volume dos negócios e do consumo. A procura por precaução esta associada ao desejo de ter uma quantidade de riqueza na forma líquida em função do futuro ser incerto e desconhecido. A demanda de moeda por especulação depende da taxa esperada de juros: se as pessoas, que detém riqueza na forma de moeda, estimam que a taxa de juros vai cair elas abrem mão da moeda, da liquidez, e compram títulos. Se as expectativas se invertem, elas encaixam moeda e esperam os preços dos títulos caírem, que as taxas juros subam para abrirem mão da liquidez. (Keynes, 1985, p. 124, Dillard, 1982, pp. 47-48).

O motivo finance para a demanda de moeda flutua em função das decisões de investimentos. Quando o cenário futuro é otimista, situação em que os empre-

sários julgam que são atrativos os lucros esperados, calculados ex-ante, e esperam que não haja problema de demanda efetiva, a formação de estoques indesejados, então, os projetos de investimentos planejados passam a demandar recursos para financiamentos dos bancos e de outros fornecedores de fundos financeiros. Dessa forma, para financiar os novos projetos de investimentos, os empresários aumentam a demanda de moeda. (Costa, 1999, pp. 231-247; Carvalho, 1992, pp. 185-188, Keynes, 1988, pp. 317-327).

Também, formalmente, a demanda de moeda pode ser escrita desta maneira:

$$D_m = f(T_r, P_r, E_p, F_i) \quad (7)$$

Alternativamente, a função 7 pode ser escrita da seguinte forma,

$$D_m = f(Y, I, E_p) \quad (8)$$

O postulado keynesiano assume que a moeda não é neutra, ela não é apenas um meio de troca, mas riqueza em si mesma, uma riqueza muito especial, por carregar poder de compra do presente para o futuro. Assim, a poupança diferida, que pode ser gasta no futuro, será mantida preferencialmente sob a forma de moeda. A taxa de juros, portanto, é o preço pela renúncia à liquidez.

A taxa de juros sendo um fenômeno monetário não depende da formação de uma poupança prévia, da constituição do que a escola neoclássica denomina de fundos emprestáveis, que decorre da renúncia do consumo presente, um sacrifício psicológico, para que possa ter um maior poder de compra no futuro.

A poupança, a diferença entre a renda e o consumo, na teoria keynesiana depende da subjetividade das pessoas, do que Keynes denomina lei psicológica fundamental: à medida que a renda cresce, o consumo aumenta em menor proporção. A poupança é formada de maneira automática e depende dos níveis de renda. O consumo depende da renda, Y , e da propensão média a consumir, C/Y , e da propensão marginal a consumir, dC/dY . Se consumo é sempre menor da que a renda, $C < Y$, então a demanda dos consumidores é insuficiente para que o produto, A , seja igual à renda, Y , que a oferta e a demanda agregadas estejam em equilíbrio. O equilíbrio entre oferta e demanda

agregadas só ocorre, quando o investimento, I , iguala-se à poupança, S , condição em que $I = S$.

A solução das escolas clássica e neoclássica para que aumente o investimento e a oferta de empregos passa pela redução dos salários. Keynes argumenta que a redução dos salários pode aumentar a eficiência marginal do trabalho, mas reduz a demanda agregada e assim impacta negativamente na demanda de consumo, o que interfere no estado de espírito dos homens de negócios, levando ao aprofundamento da crise.

A redução dos salários aumenta a eficiência marginal do capital, r_m , mas deprime as expectativas. O rebaixamento da confiança no volume da demanda efetiva, a expectativa com o futuro dos negócios, leva os empresários a reduzir os gastos em investimentos e ao aprofundamento da crise. (Dillard, 1982, pp. 188-195). A redução dos salários, mesmo que seja abaixo da subsistência, não leva ao aumento da oferta de empregos, haja vista que a demanda efetiva depende dos gastos em consumo e investimento e é ela que determinará os níveis de emprego (Dillard, 1982, p. 46).

O emprego está na dependência do nível de atividade econômica. O preço da força de trabalho, o salário, W , na abordagem marxista de Kalecki depende do poder sindical, da luta de classes. Kalecki argumenta que a parcela salarial, a participação dos salários na renda nacional, depende da organização dos trabalhadores em sindicatos e dos ciclos dos negócios. (Kalecki, 1985, pp. 7-31 e 75-78).

Na versão neoclássica da teoria de Keynes, os salários, W , dependem da taxa de inflação esperada, P^e , da taxa de desemprego, u , e de fatores institucionais, conjunturais e estruturais da economia, z . Em z estão contidas as variáveis como seguro desemprego, crescimento da atividade econômica, organização sindical, entre outras. Assim, o salário percebido pode receber a seguinte notação:

$$W = P^e F(u, z) \quad (9)$$

A taxa de desemprego, u , tem sinal negativo e, z , notação para os demais fatores, é uma variável positiva. Isso quer dizer que quanto menor for o desemprego, u , maior a taxa de crescimento do PIB e difusão de políticas de proteção ao trabalho, os trabalhadores podem negociar salários mais elevados. (Blanchard, 2001, p. 125).

Sucintamente, fica delineada a formação do produto, A , e da renda, Y , em termos agregados. A função do gasto do governo, G , e da balança comercial, importações, M , e exportações, X , que são os dois outros membros da equação da renda e do produto nacionais, serão discutidos na seção seguinte.

2.2. Geração de renda e empreendedorismo

O empreendedor é um trabalhador que vende produtos de fabricação própria e de terceiros e presta serviços para obter um receita, R_c , que permita a sobrevivência dele e da família. Para a produção de bens e a prestação de serviços pode contar com a ajuda de membros, remunerados ou não, da família e até mesmo contratados como ajudantes, podendo esses contratos de trabalho ser, ou não ser, regidos na forma da lei. Também, o empreendimento pode tanto atender aos requisitos legais, quanto desenvolver em conflito com a legislação tributária e trabalhista.

Os empreendedores, produtores de mercadorias e prestadores de serviços por conta própria, não estão formalmente subordinados ao capital, nem fazem parte da classe dos empresários. Desse ponto de vista, o capitalista, o trabalhador e o empreendedor pertencem a classes sociais diferentes e ainda que convivam no mesmo espaço social: o campo de futebol e a Igreja, na mesma rua, os interesses econômicos não são inteiramente convergentes.

Uma pessoa que tenha uma barraca, que vende pastel, caldo de cana e suco de goiaba numa localidade qualquer do país, não se torna um empresário, nem em um trabalhador assalariado por essa razão. O fato de ganhar a vida por conta própria não coloca ninguém sob o comando do capital, embora não o liberte do mercado capitalista para fazer o seu negócio funcionar. O empreendedorismo depende da dinâmica do setor capitalista da economia e das políticas públicas, com destaque para as medidas fiscais, tributárias e monetárias.

O empreendedor é alguém que pelas circunstâncias da vida ou mesmo pela escolha pessoal não pode tornar-se um vendedor de força de trabalho, nem é proprietário de capital suficiente para entrar no rol dos capitalistas. Assim, o que lhe resta é assumir um papel intermediário entre empregador e empregado, devendo para ter sucesso desempenhar em grande

medida ambos os papéis: trabalhador e empresário.

Na condição de autônomo precisa encontrar quem compre as mercadorias que produz e quem consome os serviços que presta. A receita do empreendedor, R_e , vem das vendas de serviços, V_s , e das vendas de mercadorias, V_m . Assim a renda da economia do empreendedorismo pode ser escrita dessa forma;

$$R_e = V_s + V_m \quad (10)$$

Na medida em que o empreendedor é o proprietário dos instrumentos de trabalho e trabalha diretamente no próprio negócio, o rendimento obtido tem que cobrir as despesas de capital e a remuneração do trabalho. Assim, do montante das vendas dos serviços e das mercadorias precisam ser deduzidos os gastos necessários para a execução dos trabalhos e a produção dos bens vendidos.

$$C_t = D_k + D_v + D_s + T_3. \quad (11)$$

A variável C_t sintetiza o custo total que o empreendedor incorre para produzir os bens a serem vendidos no mercado e a quantia que precisa gastar para poder executar a prestação de serviços. O custo total, C_t , é formado pelas despesas de capital, D_k , despesas variáveis, D_v , e despesas de salários, D_s , e recolhimento de tributos, T_3 .

As despesas de capital, D_k , decorrem de compras de equipamentos, máquinas, ferramentas, e os gastos para a reposição dos bens de capital depreciados. As despesas variáveis, D_v , originam das aquisições de matérias-primas, energia elétrica, serviço contábil, combustíveis, telefone, entre outros custos que se modificam conforme a quantidade produzida, ou o montante dos serviços prestados. As despesas de salários, D_s , são devidas à remuneração do trabalho, podendo ser um membro da família, uma pessoa contratada como empregado e da própria força de trabalho. As despesas tributárias, T_3 , são devidas aos poderes municipal, estadual e federal, caso o negócio seja legalizado.

As despesas de impostos só se concretizam quando o empreendedor coloca o negócio dentro das formalidades da lei. A carga tributária tem um peso equivalente às alíquotas dos impostos públicos na formação dos preços dos bens e serviços e impactam a margem de remuneração que o negócio proporciona

ao empreendedor e pode influir decisivamente na renda líquida por ele percebida.

Dessa forma, a receita líquida R_l é a diferença do rendimento bruto, R_b , recebidos pelos empreendedores, e os custos totais, C_t para a prestação de serviços e produção de bens. Formalmente pode-se escrever da maneira a seguir,

$$R_l = R_b - C_t \quad (12)$$

As maiores dificuldades para os empreendedores, porém, residem na venda da produção e dos serviços. Afinal, a oferta pode ser facilmente solucionada pela educação profissional e disseminação de técnicas de gestão, transferências de tecnologias, concessão de empréstimos em volume e a preço compatíveis com as suas necessidades. Essas medidas podem ser implementadas pela política governamental e, até mesmo, pela iniciativa do próprio trabalhador, desde que vislumbre vantagens em adquirir essas habilidades e detenha condições de acessar o mercado bancário.

O problema reside na identificação da demanda, o que significa não apenas mensurá-la, mas principalmente compreender como ela se forma dentro da economia em geral, do setor capitalista e das economias associativas. A junção das equações 1 e 12 dá o montante da renda entre os setores capitalista e da economia dos empreendedores,

$$Y = P + W + R_l \quad (13)$$

A equação 13 precisa ser qualificada. A primeira interpretação sugere que o volume da demanda seria dado pela renda dos empresários, P , dos trabalhadores, W , e dos empreendedores, R_l . Essa interpretação pode estar correta em termos lógicos, mas não está a refletir o mundo real.

Analisando a relação da economia do empreendedorismo como mercado capitalista de bens de produção e de consumo, há três hipóteses para o intercâmbio entre um setor e outro. Essas hipóteses mostram as situações em que R_l entra na função da renda. A análise abaixo será feita levando em conta a divisão da economia em três departamentos.

Primeiro, se as vendas e as compras do setor empreendedorista tiver resultado nulo, nem déficit nem superávit, a equação 13 reduz-se à forma da função

número 1, a renda é igual a soma de lucros e salários. Não há nem ganhos, nem perdas do ponto de vista da demanda agregada para o setor capitalista da economia, porque o que os empreendedores compram do setor capitalista é exatamente igual ao valor das vendas. Não há aumento de emprego, nem da renda.

Apesar disso, há um desequilíbrio no setor capitalista, quando se supõe que as vendas dos empreendedores são feitas para atender o consumo dos trabalhadores assalariados, já que não é realista supor que a demanda de consumo e de investimento dos capitalistas possa ser satisfeita pela economia do empreendedorismo. Nesse caso, reduz as vendas dos capitalistas do departamento III, que produzem para atender a demanda dos trabalhadores dos três departamentos, embora cresçam as vendas dos capitalistas que produzem para satisfazer a demanda de bens de investimento, o departamento I.

Segundo, no caso da economia dos empreendedores ser deficitária, se o montante das compras da economia dos empreendedores é maior do que as vendas efetuadas ao setor capitalista, o empreendedorismo seria a solução para os problemas de demanda efetiva do capitalismo. A questão é arrumar os meios dos empreendedores pagarem o que compram a mais do que vendem ao setor capitalista.

O balanço negativo da economia do empreendedorismo face ao setor capitalista teria que ser financiado, de alguma maneira. O mercado de capital-dinheiro tem um limite para conceder empréstimos, onde o endividamento atinge o ponto máximo quando os bancos chegam ao estado de aversão em assumir riscos adicionais. Dessa forma, o excesso de demanda dos empreendedores em relação às receitas não pode ser sustentado pelas regras de mercado, onde os credores esperam que os devedores cumpram as obrigações.

Nessa situação de déficit, os mutuários tendem a não cumprir os seus contratos de empréstimos. A situação deficitária levaria rapidamente o empreendedor individual e a economia do empreendedorismo à incapacidade de honrar os seus compromissos financeiros e saldar as dívidas fundadas no comércio. Essa questão econômica é uma das razões que explica a criação de mecanismos de identificação de pessoas inadimplentes com sistema creditício em geral.

Os credores recusam a concessão de emprésti-

mos adicionais, quando esperam que as receitas brutas da economia dos empreendedores não serão suficientes para cobrir os seus custos totais e quitar os empréstimos bancários e as compras no comércio.

Terceiro, supondo-se que as compras da economia dos empreendedores são menores do que as suas vendas para o setor capitalista, o setor empresarial estaria perdendo mercado para os empreendedores. Dessa forma, haveria uma insuficiência de demanda dos produtos produzidos pelos capitalistas, pois uma parte da renda estaria vazando para a economia do empreendedorismo. Essa redução da demanda não implica apenas menores vendas, mas indica que parte das pessoas conquistaria a desejada autonomia frente ao capital.

A resolução das questões levantadas nas três situações hipotética não pode ser solucionada pela via exclusiva do mercado. Alguém precisa ser o árbitro que resolva o conflito de interesses. O setor capitalista quer fazer crescer a sua participação e espera que esses trabalhadores estejam disponíveis no mercado de trabalho, para a produção do trabalho excedente apropriado privadamente. Os capitalistas precisam dos trabalhadores - e deixando de ser empreendedores é o que resta a essas pessoas - para a produção, mas dele prescinde plenamente para a formação dos lucros, como está escrito na equação 4, em que o lucro é igual aos gastos dos capitalistas em investimento e consumo.

A solução lógica para os problemas da segunda e terceiras hipóteses encontra-se no gasto público. A política pública, o árbitro que resolve o conflito de interesse, conta com mecanismo que atende aos interesses da economia do empreendedorismo através de estímulos à oferta de bens e serviços com qualidade e preços competitivos com o setor capitalista. Esse instrumento já é explorado pela administração pública em larga medida, mas não atinge o maior problema dos empreendedores que é o de chegar e estabelecer-se no mercado. Por isso, é preciso criar as condições de uma demanda sustentada, que garanta que a produção e os serviços possam ser consumidos. A administração pública já conta com programas dessa natureza em funcionamento, mas precisa atingir maior escala.

Uma política voltada para a oferta dos empreendedorismo passa sem dúvida pela redução do cus-

to total: a) oferecer recurso financeiro a fundo perdido e a taxas de juros subsidiadas para a capitalização dos produtores e prestadores de serviços, e b) desoneração tributária desse setor dos impostos federais, estaduais e municipais.

Isso impactaria na formação dos preços e daria ao empreendedorismo vantagens competitivas com relação às empresas capitalistas. Essas medidas diminuiriam os custos e dessa forma permitiriam que os preços dos bens e serviços fossem oferecidos no mercado a preços menores, tornando a economia do empreendedorismo mais competitiva com o mercado capitalista. Sem uma política complementar voltada à demanda da economia dos empreendedores, a restrição condicionada nos pressupostos já discutidos na equação 1 seria mantida.

Uma política de demanda é a forma de tornar a economia do empreendedorismo mais sólida e saudável na sua concorrência com o setor capitalista. Os ganhos não seriam apenas dos empreendedores que teriam trabalho remunerado à margem do sistema de salários, mas diminuiria a pressão sobre o emprego e os salários no mercado de trabalho assalariado. A política de demanda seria um meio de aumentar o poder de negociação no mercado de trabalho capitalista.

Agora, inclui-se mais uma variável, o gasto do governo, G . O gasto do governo pode ser igual a carga tributária, $G = T$, ou maior e nesse caso, $G = T + x$, onde x denota o dispêndio a mais do que é arrecado pelos impostos. A equação 1 passa a ser formada com mais um membro,

$$Y = P + W + G \quad (14)$$

A importância da equação 14 será destacada, na seqüência, para mostrar a importância do gasto do governo na geração de demanda para a economia capitalista e dos empreendedores. O gasto do governo é demanda para o setor capitalista, mas não é adequadamente utilizada para estimular e fortalecer a economia do empreendedorismo. A seguir, essa opção é apresentada e analisada. O estímulo governamental pode dar-se de duas formas: a) recebendo o montante dos empréstimos e o valor dos tributos em espécie ou pela prestação de serviços, e b) comprando em dinheiro os produtos e os serviços dos empreendedores.

A definição de políticas públicas que incidam diretamente na demanda dos bens e serviços ofertados pela economia dos empreendedores permite que a equação 13 possa ser escrita na forma da 15, na qual a receita líquida dos empreendedores assume a seguinte função matemática:

$$R_1 = eC_w + C_g + V_p \quad (15)$$

A expressão acima postula que os rendimentos líquidos serão iguais às vendas aos trabalhadores do setor capitalista, e C_w , e das compras do governo, C_g . As compras dos trabalhadores, do setor capitalista da economia do empreendedorismo é um valor entre zero e 1. O intervalo do parâmetro, c , denota que os trabalhadores do setor capitalista podem gastar os salários todo no departamento três – nesse caso não fariam nenhuma compra nos estabelecimentos dos empreendedores, ou, no limite, gastar todo o salário fora da esfera do capitalismo.

Os dois membros à direita da equação 15 expressam o consumo dos trabalhadores do setor capitalista, e C_w , as compras do governo, C_g , e as vendas que os empreendedores fazem para si próprios, V_p , investindo e consumindo no próprio setor.

A resistência a uma política governamental que diminua custos, capital a fundo perdido e desoneração tributária, e de compras governamentais que garanta a demanda para bens e serviços dos empreendedores, encontrará todo tipo de resistência, tanto por conta de desconhecimento da teoria econômica – de Marx a Keynes - quanto de simples conservadorismo.

Para o keynesianismo, o gasto do governo é um das variáveis da renda nacional, onde $Y = I + C + G$. A formalização dessa equação na versão neoclássica pretende explicar a política fiscal em uma situação de equilíbrio (Blanchard, 2001, 52). Decompondo o gasto do governo a partir da arrecadação tributária G_t , o membro G da função poderia ser dividido em investimento do governo, I_g , salários dos funcionários, W_g , e despesas de custeio da máquina pública, D_g . Dessa forma o gasto assume a forma abaixo,

$$G_t = I_g + W_g + D_g \quad (16)$$

Na abordagem de Kalecki, o gasto do governo, igual ou maior do que T , reverte-se em lucro dos

capitalistas. Assim, os lucros, P , são iguais ao Investimento, I , mais o consumo dos capitalistas, C_k , mais o gasto deficitário do governo, G , menos a poupança dos trabalhadores, S_w (Kalecki, 1985, 35-45).

Na hipótese de que o gasto do governo, G , seja igual à arrecadação tributária, T , uma decisão de dispêndio que contemple os interesses dos empreendedores, significará a redução dos pagamentos feitos ao setor capitalista. Na medida em que a folha de salários do governo, W_g , não pode ser reduzida, pelo menos em termos monetários, é preciso reduzir a aquisições das firmas capitalistas no que se refere a I_g e D_g .

Em suma, a demanda do governo ao setor empresarial teria que ser diminuída para que houvesse sobra de recursos para dar conta da demanda a ser feita aos empreendedores. Assim, não é sem razão objetiva que há resistência à mudanças na política de gastos do governo. Mudar os termos dessa equação para o que fica descrito na função abaixo só pode dar-se no jogo pesado da política. Quando se postula uma política de compras da economia do empreendedorismo, C_g , a equação 16 assume a seguinte forma,

$$G_t = I_g + W_g + D_g + C_g \quad (17)$$

Se o gasto do governo for o mesmo da equação 17, o setor capitalista perceberá que as compras do governo, C_g , diminuirá a suas vendas para o setor governamental. Nesse caso, há transferência de renda do capital aos trabalhadores. O mais importante ainda dessa constatação, é que esses trabalhadores não estão subordinados ao capital, não sendo mais produtores de mais-valia, a fonte de lucro nos termos de Marx. Reduzirá também o volume da demanda efetiva da economia capitalista, na ótica de Keynes.

Relaxando a hipótese de que o governo tem um orçamento equilibrado, $G = T$, pode-se supor que haja deficit, $G > T$. À medida que se escreva o gasto do governo, G , como gasto decorrente da carga tributária, G_t , e o gasto financiado por empréstimos, pela emissão de títulos da dívida pública, G_d , a equação 14 assumiria a seguinte forma,

$$Y = P + W + (G_t + G_d) \quad (18)$$

Empréstimos tomados para financiar os gastos, que excedem a arrecadação ampliam as vendas do setor

capitalista da economia. Esses gastos implicariam, como se viu a partir de Kalecki, no aumento dos lucros e por consequência a renda nacional. O gasto do governo poderia ser em parte direcionado para promover a economia do empreendedorismo através de políticas públicas voltada para fortalecer a oferta, por meio de empréstimos para financiar a produção e prestação de serviços e criar a demanda para a economia dos empreendedores. Essa é uma luta, que o trabalhador por conta própria não compreende de maneira espontânea e, por isso, requer uma clara política pública nesse sentido e a ajuda de todos os interessados.

Nas equações 17 e 18 deve-se não esquecer de acrescentar as despesas decorrentes do pagamento de juros pelo governo J_g . Nesse caso, uma parte das despesas governamentais seria voltada para remunerar o estoque da dívida pública. Numa situação em que o governo não toma dinheiro emprestado, a poupança financeira, o poder de compra diferido no tempo, seria mantida ociosa. Assim, a poupança financeira precisa ser colocada em movimento, no circuito industrial, ao invés de ficar apenas no circuito financeiro.

Por fim, a equação da renda nacional completa-se quando se acrescenta o setor externo, a importações e as exportações. A equação 14 assume a forma abaixo:

$$Y = P + W + G + (X - M) \quad (19)$$

A variável X representa as exportações e M as importações. O resultado da operação de subtração X de M é sempre um valor positivo, mesmo que o saldo seja negativo. A equação indica que quando o país importa mais do que exporta, tem a balança deficitária, a renda nacional diminui. O contrário também é verdadeiro. Essa assertiva tem amparo em Keynes e Kalecki.

A demanda dos bens e serviços ofertados pelos empreendedores pode ser complementada pelas exportações e importações, além do montante das compras dos trabalhadores e gastos do governo, por meio de recursos tributários e de empréstimos. As vendas efetuadas ao exterior não serão tratadas aqui, haja vista que é de fácil percepção para todos de que o mercado externo é muito importante para a economia. O seu papel é realçado diariamente pelos veículos de

comunicação.

Na medida em que uma parte do mercado interno é atendida por compras feitas no exterior, a economia do empreendedorismo pode ter uma função substituindo produtos de baixo valor agregado vindos da economia mundial. Esse papel pode ser desempenhado quando se define o campo da competição dos empreendedores com o resto do mundo dentro do espaço do território nacional. Ao invés de vender na China pode-se competir com os produtos chineses que são vendidos no mercado interno.

Para fazer isso, não é necessária uma política de demanda por parte do governo, mas de uma vigorosa política de estímulo à oferta, reduzindo custos e promovendo reformas legais que facilitem o desenvolvimento mais fácil do empreendedorismo. Não basta, porém, as políticas que incidam na formação dos preços, que precisa ser menor do que o produto importado, mas se faz necessário que os produtos tenham melhor qualidade do que os importados e seja formada uma logística de comercialização.

O delineamento dessas duas condições passa pela organização dos produtores, não na esfera fabril, mas na escala da comercialização. Dessa forma, o empreendedor continuaria a gerir o seu negócio segundo a sua visão e conveniência, mas formaria uma cooperativa com outros empreendedores para a alocação das mercadorias.

A difusão de tecnologia de produtos e processos poderia ser financiada pelo governo, mas a venda da produção se faria de forma privada, pela cooperativa, que contrataria profissionais para colocar os produtos no mercado, firmando contratos com grandes redes de lojas entre outros distribuidores, que não têm como firmar convênios de compras com cada um dos empreendedores individualmente.

A economia do empreendedorismo, portanto, tem condições de desenvolver-se se tiver capacidade de resolver os desafios que lhe são colocados e aproveitar todas as suas potencialidades.

Considerações finais

O trabalho, o emprego e a renda - lucros e salários e a remuneração do empreendedor dependem dos

gastos em investimento e consumo. Quando o gasto privado não é suficiente para igualar o investimento à poupança, é necessário que o governo assuma o papel de indutor da demanda efetiva.

Neste trabalho, demonstra-se que as políticas fiscal e monetária têm um papel fundamental para que a produto e a renda possam crescer, tanto no setor empresarial, quanto na esfera da economia do empreendedorismo.

A oferta de empregos no mercado de trabalho assalariado reivindica a adoção de políticas fiscal e monetária que transforme em investimento a poupança privada. A poupança entendida como diferença entre o volume de renda e os dispêndios em consumo e como riqueza diferida, o poder de compra que as empresas e pessoas carregam no tempo sob a forma de títulos ou moeda.

O mercado de trabalho assalariado também necessita de mudanças microeconômicas, defendidas como exclusivas pelas correntes novo-clássica e monetarista e assumidas politicamente pelo neoliberalismo. Essas reformas devem tratar da modernização das leis trabalhista, da organização sindical, da previdência social, do sistema judiciário, entre outras.

A economia do empreendedorismo carece de políticas públicas que sejam capazes de resolver o seu principal entrave para o crescimento, a dificuldade para vender a produção e competir no mercado da prestação de serviços. Os problemas maiores dessas iniciativas não residem exclusivamente no âmbito da oferta, relacionados aos custos de produção e à absorção de tecnologias de processo e produção, bem como formação profissional e gerencial.

REFERÊNCIAS

1. BLANCHARD, O. **Macroeconomia: Teoria e Política Econômica**, Rio de Janeiro: Campus, 2001.
2. CARVALHO, F. J. C. de. **Economia Monetária e Financeira**, Rio de Janeiro: Campus, 2001.
3. _____. **Moeda, Produção e Acumulação: uma perspectiva pós-keynesiana**, in Moeda e Produção: Teorias Comparadas, Silva, M. L. R. (org.), Brasília: UnB, 1992.
4. COSTA, F. N. da. **Economia Monetária e Financeira: uma abordagem pluralista**, São Paulo: Makron Books, 1999.
5. DILLARD, D. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes**,

São Paulo: Pioneira, 1982.

6. HERSCOVICI, A. **Dinâmica Macroeconômica: uma interpretação a partir de Marx e de Keynes**, São Paulo: Educ e Edufes, 2002.

7. HICKS, J. R., **O Sr. Keynes e os “Clássicos”:** Uma Sugestão de Interpretação, Rio de Janeiro: IPEA-INPES, 1988.

8. KALECKI, M. **As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna**, In Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, J. Miglioli, Org, São Paulo: Hucitec, 1983.

9. _____. **Introdução à Teoria do Crescimento em Economia Socialista**, São Paulo: Brasiliense, 1982.

10. _____. **Teoria da Dinâmica Econômica**, São Paulo: Nova

Cultural, 1985.

11. KEYNES, J. M. **Teorias Alternativas da Taxa de Juros**, Rio de Janeiro: IPEA-INPES, 1988.

12. _____. **A Teoria ex ante da Taxa de Juros**, Rio de Janeiro: IPEA-INPES, 1988.

13. _____. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

14. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL, **Políticas Estaduais da Assistência Social do Trabalho e Emprego: contexto, concepções, diretrizes, prioridades e estratégias de implementação**, Curitiba: SETP, 2003.